

I TURMA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DA UFPE – DIREITO TRIBUTÁRIO: FEDERALISMO, JUSTIÇA E EFETIVIDADE

Coordenação científica: Luciana Grassano Melo, professora titular UFPE

Previsão de início: maio/2024

Previsão de término: maio/2026

Carga horária total: 360 h/a

Horário das aulas:

Sextas: 18:30h às 21:30h

Sábados: 8h às 12h e 14 h às 18h

Aulas em fins de semana alternados (de 15 em 15 dias)

Local: PPGD/UFPE e FDR/UFPE

PROGRAMA DE DISCIPLINAS E PROFESSORES:

1) ARTUR STAMFORD DA SILVA – professor doutor, UFPE, 30 h

METODOLOGIA DA PESQUISA

1. Fundamentos da metodologia científica. Definições conceituais. Valores e ética no processo de pesquisa. 2. A comunicação científica. O sistema de comunicação na ciência: canais informais e canais formais. 3. Métodos e técnicas de pesquisa. Tipos de conhecimento. Tipos de Ciência. Classificação das Pesquisas Científicas. A necessidade e os tipos do método. As etapas da pesquisa. 4. A comunicação entre orientados / orientadores. O papel de orientado / orientador na produção da pesquisa acadêmica. 5. Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos. Estrutura e definição. 6. O pré-projeto de pesquisa. Definição, Modelos. Elementos. 7. O projeto de pesquisa. Definição. Modelos, Elementos. 8. Metodologia da elaboração de trabalhos acadêmicos-científicos na área jurídica. 9. O que o Direito pode (e deve) aprender das outras ciências. As posições do participante e do observador da interpretação/ aplicação do Direito. 10. A discussão entre teoria e prática no Direito. 11. As ferramentas metodológicas das Ciências Sociais e suas possíveis adaptações no Direito. 12. A organização de texto científico (Normas ABNT). Normas para a elaboração de trabalhos acadêmicos da TFPR/ABNT.

2) LUCIANA GRASSANO DE GOUVEA MELO –professora doutora, UFPE, 30h

DESAFIOS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL EM BUSCA DA JUSTIÇA FISCAL

Noções de Justiça fiscal. Sistema tributário regressivo. Progressividade. Equidade horizontal e vertical. Tributação e desigualdade. Distribuição da carga tributária brasileira. Participação dos entes federativos. A tributação do consumo. Tributação de patrimônio / renda e regressividade. Solidariedade fiscal como objetivo constitucional e o princípio da capacidade contributiva. Educação fiscal e construção da cidadania. Transparência da Administração tributária. Transparência, controle e limites dos gastos tributários. A justiça na despesa pública

3) FABIANA AUGUSTA DE ARAÚJO PEREIRA – professora doutora, externa, 30 h

O DEVER FUNDAMENTAL DE PAGAR IMPOSTOS: UM DEBATE SOBRE SEUS LIMITES

Noções de Estado fiscal. O pagamento de imposto como dever fundamental. O custo dos direitos. O Estado fiscal como garantidor da propriedade, da liberdade e dos direitos sociais. O papel dos impostos e das taxas na realização da justiça fiscal. Ética estatal e ética do cidadão. Renúncia fiscal: quem se beneficia e quem paga a conta.

4) DIÓGENES TEÓFILO DE JESUS – professor doutorando (PUC/SP), externo, 30 h

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS: MOTIVAÇÃO E ABRANGÊNCIA

Imunidade: conceito e fundamento. Imunidades e valores constitucionais: análise crítica. Imunidade e isenção: diferenças. O art. 150, VI, da CF/88. Imunidade recíproca e federalismo: abrangência de acordo com o STF. Imunidade de templos de qualquer culto: abrangência de acordo com o STF. Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais de trabalhadores e instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos: abrangência e limites de acordo com o STF. Imunidade dos livros e fonogramas e videogramas musicais produzidos no Brasil: abrangência e limites na jurisprudência do STF. Impacto da reforma tributária nas imunidades.

5) RENATO JOSÉ RAMALHO ALVES – professor doutorando (USP/SP), externo, 30h

SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

Noções de Sistema Constitucional Tributário. Noções de competência tributária e repartição de receita tributária. Noção de tributo e suas espécies. Impostos federais, estaduais e distrital e municipais. Princípios gerais de direito tributário. A segurança jurídica. A legalidade. A irretroatividade. A anterioridade tributária. A Isonomia. A capacidade contributiva. A proporcionalidade. A vedação ao confisco. A visão do STF sobre os princípios constitucionais tributários. O papel da Lei complementar em matéria tributária. Reflexos da Reforma Tributária no Sistema Constitucional Tributário.

6) JOÃO HÉLIO COUTINHO – professor doutor, externo, 30h

FEDERALISMO FISCAL: COMPETÊNCIAS, REPARTIÇÃO DE RECEITAS E CONFLITOS

Federalismo. Competências legislativa, administrativa e de gestão. Autonomia financeira dos entes federados. Competência tributária. Repartição constitucional de receitas. A distribuição das receitas tributárias entre os entes da federação. Critérios previstos na lei complementar. O Fundo de participação dos Estados. O Fundo de participação dos municípios. Reflexo da política de incentivos na repartição de receita. A dependência dos entes subnacionais nos repasses constitucionais. Federalismo e Reforma Tributária. Controvérsias e posições jurisprudenciais sobre o tema.

7) LUIZ FELIPE MONTEIRO SEIXAS – professor doutor, UFPE, 30 h

EXTRAFISCALIDADE E SUAS REPERCUSSÕES NO FEDERALISMO E NA JUSTIÇA FISCAL

Tributação indutora e extrafiscalidade. Tributos regulatórios. Existe um limite constitucional à extrafiscalidade? Tributos sujeitos à seletividade e entendimento jurisprudencial. Tipologia das renúncias fiscais. O quadro dos gastos tributários no orçamento da União. Função redistributiva da tributação. Transparência, governança e controle: desafios e o papel dos Tribunais de Contas. Impactos da Reforma Tributária na extrafiscalidade.

8) ANTÔNIO MACHADO GUEDES ALCOFORADO – professor doutor, externo, 15 h

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO – PEC 45.

As bases da tributação do consumo. O histórico de propostas de reforma tributária no Brasil. O impacto sobre o federalismo. O novo cenário da tributação do consumo. As propostas de reforma tributária brasileira sob uma perspectiva de simplificação e de justiça fiscal. Possíveis efeitos da reforma tributária no federalismo brasileiro.

9) GIOVANI CHRISTIAN NUNES CAMPOS – professor doutor, UFPE, 30 h

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SEUS LIMITES

Planejamento, elisão e evasão fiscal. Planejamento fiscal abusivo. Os limites atuais do planejamento fiscal. A descon sideração dos atos e negócios jurídicos dissimulatórios. A lei complementar 104/2001 na visão do STF. A interpretação econômica no direito tributário. A atuação da administração tributária frente ao planejamento fiscal abusivo. Direitos e garantias do contribuinte.

10) GABRIEL ULBRIK GUERRERA – professor doutor, externo, 30 h

A RELAÇÃO FISCO- CONTRIBUINTE. UMA DISCUSSÃO DE DIREITOS E DEVERES: POR UMA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA JUSTA.

Relação jurídica tributária: em busca do equilíbrio entre eficiência e proteção de direitos do contribuinte. O papel das obrigações acessórias: uma discussão sobre o seu ônus. O dever de colaborar com a Administração Tributária. Diversos tipos de colaboração. O dever de prestar informação para facilitação de informação sobre terceiros. Os direitos e deveres dos contribuintes frente à atuação do fisco. Administração tributária e transparência. O papel dos Tribunais Administrativos. Impactos da Reforma tributária na relação com a administração tributária. Qual seria uma administração tributária justa? Projetos de lei em tramitação sobre direitos e garantias dos contribuintes.

11) ROBERTO GOMES DE ALBUQUERQUE MELO JUNIOR – professor doutor, externo, 15 h

DIREITO TRIBUTÁRIO SANCIONADOR. INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS: LIMITES DO CONFISCO E DA BOA FÉ

Não confisco e a sujeição aos limites do poder de tributar. Diferentes tipos de sanção e sua dosimetria: equidade e proporcionalidade. Retroatividade benigna das normas sancionadoras. Interpretação mais favorável ao acusado. Limites quantitativos das sanções fiscais e princípio do não confisco. Dosimetria das sanções fiscais e o princípio da capacidade contributiva. Dosimetria das sanções fiscais e o princípio da individualização da pena. Sanções tributárias e equidade. Multas tributárias e lançamento tributário. Multas tributárias e proporcionalidade. As multas tributárias na jurisprudência. Responsabilidade (subjéctiva vs. objectiva) pela prática do ilícito fiscal. Impactos da Reforma tributária no direito tributário sancionador.

12) ERIC CASTRO E SILVA – professor doutor, UFPE, 15 h

UMA DISCUSSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E DA DÍVIDA ATIVA

Fundamentos constitucionais do processo administrativo tributário. Natureza dos órgãos e decisões. Discussão sobre a função do processo administrativo tributário e sua imprescindibilidade. A garantia do duplo grau. Voto de qualidade. Relações entre as instâncias administrativa e judicial e reflexos da garantia constitucional de ambas instâncias. Ônus da prova no processo administrativo tributário. Processo administrativo federal, estadual e municipal. Quadro da dívida ativa e sua execução. Impactos da Reforma tributária no processo administrativo tributário. Projetos de lei em tramitação sobre processo administrativo e cobrança de dívida ativa.

13) TEREZA CRISTINA TARRAGO SOUZA RODRIGUES – professora doutora, UFPE, 30 h

ALTERNATIVAS CONVENCIONAIS NO DIREITO TRIBUTÁRIO

Conceito de resolução alternativa de conflitos tributários. O interesse fiscal e o interesse do contribuinte. Necessidade de adequação do ordenamento tributário às exigências contemporâneas. A transação tributária. A mediação tributária. A

arbitragem fiscal. As alternativas convencionais nas três dimensões federativas. Projetos de lei em tramitação sobre o tema.

14) JOAQUIM LUSTOSA – professor doutorando (UFPE), UFPE, 15h

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.

Ação de mandado de segurança. Ação anulatória. Ação declaratória. Repetição de indébito. Tutelas. Execução fiscal. Cautelar fiscal. Impactos da Reforma tributária no processo judicial tributário. Projeto de lei de nova cobrança de dívida ativa.